

AV1 GESTORA DE RECURSOS LTDA.

Política de Conheça seu Cliente e Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Versão	Data de Atualização
1 ^a	Julho/2025

Sumário

Objetivo	3
Princípios	3
Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD)	4
Procedimentos de Compliance	4
Métodos de Treinamentos	5
Identificação do Cliente	6
Contratação de Prestadores de Serviços	8
Reporte Interno em Casos Suspeitos	8
Arquivos de Clientes	9
Vigência e Atualização	10

Objetivo

A Política de Práticas de Conheça o seu Cliente, Cadastro, PLD e CFT (“Política”) da AV1 Gestora de Recursos LTDA. (“AV1”) procura estabelecer as normas internas de conduta, em complemento às descritas no Código de Ética e Conduta da AV1 (“Código”), com o intuito de descrever os melhores requisitos, controles, métodos e condutas internas para que sejam adotadas as melhores práticas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo.

Esta Política também procura descrever as regras e procedimentos a serem seguidos, com a coordenação do Diretor de Compliance, que será o responsável interno das normas dispostas nesta Política, em caso de transgressão desta ou de alguma outra norma integrante do ordenamento pátrio referente à tais assuntos, de forma a coibir eventuais condutas ilícitas.

Embora a AV1 atue somente como sociedade gestora de recursos de terceiros, sem realizar, atualmente, a atividade de distribuidora das cotas dos fundos de investimento que faça a gestão, é fundamental que os Colaboradores sigam e adotem as regras aqui dispostas para criar um controle maior e adicional em complemento àquele realizado pela sociedade que atua como administradora e distribuidora dos fundos de investimento geridos pela AV1.

Os procedimentos aqui relatados não são exaustivos e as regras devem ser interpretadas de forma extensiva, devendo o Colaborador imediatamente informar ao Diretor de Compliance sobre qualquer eventual suspeita ou caso tenha qualquer dúvida sobre o enquadramento dos casos aqui dispostos e explicados.

Esta Política contempla todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à prevenção à lavagem de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo, incluindo, mas não se limitando à Lei 9.613 de 3 de março de 1998, , alterada pela Lei 14.193/21, Lei 13.260 de 16 de março de 2016, Lei nº 13.709/18 e a Resolução CVM 175/22 (“Resolução CVM 175”).

Princípios

Todos os princípios do Código também são aplicáveis à esta Política, sendo, também dever dos seus Colaboradores atuar em consonância com os seguintes padrões comportamentais:

Ética: Todos os comportamentos deverão ser pautados com os padrões éticos, de confiança e lealdade.

Lealdade: A atuação dos Colaboradores deverá ser fundada com base na confiança e lealdade para com os seus clientes e com a AV1, necessários ao desenvolvimento das suas atividades, respondendo e reportando com honestidade sobre quaisquer infrações ou erros técnicos que venham a acontecer durante a sua atuação.

Transparência: Em relação às atividades supervisionadas por essa Política, os Colaboradores devem atuar com total transparência em relação aos órgãos reguladores no reporte de informações suspeitas e demais condutas que devem ser reportadas conforme será detalhado a seguir nesta Política. Tal atuação com transparência também deve ser seguida no reporte interno da AV1, devendo os colaboradores sempre comunicar ao Diretor de Compliance sobre atitudes de outros Colaboradores ou de clientes que suscitem dúvidas sobre o enquadramento nessa Política e nas

disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Legalidade: A AV1 e os Colaboradores deverão atuar na mais estrita legalidade, conforme disposto nas legislações referentes à PLD e CFT

Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD)

Conforme definido pela legislação em vigor, o termo “lavagem de dinheiro” deve ser interpretado como (i) inserção do produto de atividade ilícita no sistema financeiro a fim de que tal produto passe a possuir a aparência de um produto de origem lícita e legítima; e (ii) financiamento de atividades ilícitas, incluindo o terrorismo, por meio de sistemas financeiros. Tal processo consiste em três etapas:

- 1^a. Colocação - Introdução de dinheiro ou outros valores físicos provenientes de atividades ilícitas em instituições financeiras ou não financeiras.
- 2^a. Ocultação - Separar o produto de atividades ilícitas da sua origem por meio do uso de camadas de operações financeiras complexas. Estas camadas são destinadas a dificultar a trilha de auditoria, mascarar a origem dos recursos e proporcionar o anonimato.
- 3^a. Integração - Colocar os recursos “lavados” de novo na economia de tal forma que entrem novamente no sistema financeiro como recursos de origem aparentemente lícita.

As instituições financeiras podem ser usadas em qualquer ponto do processo de lavagem de dinheiro. Até onde for do seu conhecimento, a AV1 não manterá relacionamento com indivíduos ou entidades relacionadas às seguintes atividades:

- Pessoas ou entidades conhecidas por (ou razoavelmente suspeitas de) apoiarem ou estarem envolvidas em atividades criminosas ou organizações criminosas, incluindo atividades terroristas ou organizações terroristas;
- Shell banks (instituição financeira sem presença física);
- Empresas de remessa de dinheiro não regulamentadas;
- Pessoas ou entidades proibidas por lei ou regulamentações aplicáveis, incluindo sanções e embargos;
- Pessoa ou entidade cujo nome esteja apontado m listas consolidadas da OFAC, ONU, União Européia, Lista Única de Sanções do GAIFI, AIF e de Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Pessoas ou entidades envolvidas com suborno e corrupção.

Em caso de dúvidas, o Diretor de Compliance deve ser imediatamente consultado em relação às proibições impostas e qualquer exceção deverá ser levada para o Comitê de Ética para avaliação nos termos do Código.

Procedimentos de Compliance

A área de Compliance será a responsável perante a CVM pelo cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares relacionados à PLD e CFT, possuindo as responsabilidades, deveres e devendo estabelecer treinamentos regulares às áreas comerciais e com relacionamento com clientes, dentro da capacidade e responsabilidades limitadas que possui pela sua figura de somente atuar na gestão dos recursos e não na distribuição.

O serviço de análise referente à PLD e CFT também será realizado pela sociedade distribuidora das cotas dos fundos de investimento geridos pela AV1, criando uma etapa maior de identificação dos clientes e assegurando o cumprimento das regulamentações aplicáveis.

Conforme disposto no artigo 21 da Resolução CVM 175, seguem abaixo os procedimentos para os treinamentos dos funcionários.

Métodos de Treinamentos

Os treinamentos internos da AV1 poderão ser elaborados pela área de Compliance, a qual deverá utilizar para a elaboração a legislação disponível sobre os assuntos a serem tratados, assim como políticas internas da AV1 e demais fontes de conhecimento disponíveis que o Diretor de Compliance entenda serem benéficas e possam contribuir para tal treinamento.

Adicionalmente, a área de Compliance poderá terceirizar a atividade de elaboração dos cursos ou fazer com que os Colaboradores realizem cursos disponíveis na internet, desde que cumpram todos os requisitos legais, como material de apoio e de estudo contendo exemplos práticos, explicações e resumo de toda a legislação aplicável, prova com garantia e monitoramento dos acertos, emissão de certificado, da legislação em vigor, exemplos práticos, dentre outras necessidades que o Diretor de Compliance julgar relevantes.

Tal possibilidade de contratação de empresas especializadas também poderá ser utilizada para palestras ou cursos em geral a serem ministrados aos Colaboradores.

Os treinamentos poderão ser de 2 (dois) tipos:

- Treinamento de prevenção ao insider trading, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo: Este treinamento e usará como base a metodologia típica dos treinamentos do mercado financeiro relacionados à prevenção ao insider trading, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, sempre buscando levar conhecimento, aprimorar e melhorar os controles internos da AV1 nas diversas áreas da instituição. O intuito de tal treinamento é também analisar o tipo de conduta adequada para, principalmente os analistas de equities, mas também todos os membros do front, de como organizar as perguntas e dúvidas para evitar que possam ser enquadradas como tentativas de se obter informação privilegiada, além do que fazer caso obtenham alguma informação de tal tipo.

Este treinamento será realizado sempre de forma anual e obrigatório para todos os Colaboradores, sendo realizado de forma eletrônica (com o material a ser consultado pelo computador de cada Colaborador e as provas de forma eletrônica também) ou de forma presencial, no qual a data será escolhida de forma que todos os funcionários possam comparecer, devendo o treinamento ser reaplicado caso algum dos Colaboradores não possa estar presente. O treinamento de PLD e CTF poderá ser acompanhado de provas de conhecimento para que os Colaboradores possam testar os seus conhecimentos e a área de Compliance ter ciência em relação ao nível do treinamento dos Colaboradores, devendo as provas ou certificados serem arquivados, sendo certo que as notas dos

funcionários serão confidenciais e não poderão ser compartilhadas pela área de Compliance com as demais áreas internas da AV1, com exceção do Comitê de Ética em casos excepcionais avaliados pelo Diretor de Compliance. Caso surja algum novo normativo ou legislação relevante, a área de Compliance poderá dar um treinamento ou curso extra aos Colaboradores fora da periodicidade anual obrigatória descrita neste item.

- Treinamentos de Compliance: serão conduzidos conforme disposto na Política de Controles Internos da AV1. A área de Compliance da AV1 organizará, anualmente, treinamento para repassar com os Colaboradores as principais regras do fundo, como regras de risco, liquidez, além de outros temas como restrições de trading na física, plano de continuidade e de contingência e segurança da informação. O intuito é fazer uma introdução às principais regras de forma prática para complementar a leitura obrigatória de todas as políticas que é realizada no início de cada ano. Também poderá ser realizado de forma online da mesma forma do Treinamento de prevenção ao insider trading, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

Cumpre ressaltar, que os treinamentos de PLD e CFT e Compliance poderão ser realizados na mesma data, caso haja disponibilidade de agenda e o Diretor de Compliance entenda ser possível.

A presença no treinamento de PLD e CFT e de Compliance será obrigatória para todos os Colaboradores, ensejando sanções nos termos do Regimento Interno do Comitê de Ética caso algum Colaborador não participe, de forma voluntária, ao treinamento.

Caso os testes venham a ser realizados individualmente e algum funcionário tenha desempenho abaixo do esperado no treinamento de PLD e CFT, ele será obrigado a refazer o teste até atingir a marca de aprovação conforme estabelecido pelo Diretor de Compliance.

A presença de todos os Colaboradores, no caso de treinamento presencial, tanto no treinamento de PLD e CFT e Compliance, quanto nos treinamentos diversos, deverá ser registrada em lista de presença que será arquivada posteriormente pelo Diretor de Compliance.

No caso dos treinamentos realizados de forma online, os Colaboradores terão a obrigatoriedade de realizar tal treinamento, ensejando as mesmas sanções acima aplicáveis no caso do treinamento presencial, caso não o realizem conforme estipulado pelo Diretor de Compliance.

Identificação do Cliente

A atuação da AV1, atualmente, é somente no serviço de gestão de recursos de terceiros, sem realizar a atividade de distribuição. Entretanto, no seu relacionamento com os clientes e dentro dos limites de sua atuação somente como gestora de recursos de terceiros, os Colaboradores deverão observar a perspectiva ética e de transparência usando uma abordagem de “Conheça o seu Cliente”, não somente pelo relacionamento pessoal ou comercial.

O contato com o cliente é um elemento de suma importância para proteger a reputação da AV1 e

garantir o seguimento com esta Política para reduzir o risco de atividades de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Para cada categoria, são conduzidas análises individuais utilizando-se como base uma Abordagem Baseada em Risco (ABR), levando em consideração suas características específicas. Essas análises convergem para uma mesma escala de classificação de risco: Alto, Médio e Baixo. Para cada operação realizada, esses fatores devem ser avaliados de forma conjunta e seguirá critérios de acordo com os perfis abaixo:

O Diretor de Compliance e PLD efetua a classificação dos Clientes em Alto, Médio ou Baixo Risco, verificando, no mínimo, as seguintes características:

- Condição de PEP (Pessoa Exposta Politicamente) do cliente;
- Verificação de sanções impostas ao cliente;
- Processos e condenações por crime financeiros

É de responsabilidade do Diretor de Compliance e PLD estabelecer os critérios para classificação dos clientes por nível de Risco. A partir da classificação por nível de Risco, será estabelecida uma rotina de monitoramento e revisão do cadastro, sendo: no mínimo a cada 36 (trinta e seis) meses para clientes de baixo risco, 24 (vinte e quatro) meses para clientes de médio risco e 12 (doze) meses para de clientes alto risco.

Durante o processo de monitoramento do cliente, deve ser verificado o enquadramento em alguma das hipóteses previstas na Resolução CVM 175 para fins de operações suspeitas e atípicas, especialmente que não se enquadram com a ocupação profissional, os rendimentos ou a situação patrimonial ou financeira das partes envolvidas; se foram realizadas operações repetidas com as mesmas partes ou em benefício das mesmas partes nas quais haja seguidos ganhos ou perdas em um dos envolvidos; operações que evidenciem oscilação significativa em relação ao volume ou frequência de negócios das partes envolvidas; operações que possam constituir artifício para burla da identidade dos envolvidos ou beneficiários; operações que evidenciem atuação contumaz em nome de terceiros; operações que evidenciem mudança repentina e injustificada às operadas pelo cliente ou sua contraparte; operações com a finalidade de gerar perda ou ganho e falte fundamento econômico para as mesmas; operações liquidadas em espécie; transferência privada sem motivo aparente; operações de alta grau de complexidade incompatível com a qualificação do cliente ou seu representante; operações com países que não apliquem as recomendações do GAFI; depósitos ou transferências por terceiros para a conta do cliente ou para prestar garantia em operações de mercado de liquidação futura; pagamentos à terceiros por conta da liquidação de operações ou resgates de valores depositados em garantia em nome do cliente; situações em que não seja possível identificar o beneficiário final; situações em que não seja possível manter atualizadas as informações de clientes, dentre as demais citadas no Resolução CVM 175 ou nas situações à ela semelhantes/relacionadas.

Os Colaboradores deverão dispensar especial atenção (caso tenham acesso pelos modos descritos neste subitem) às operações realizadas por investidores não-residentes, especialmente quando constituídos sob a forma de trusts e sociedades com títulos ao portador, investidores com grandes fortunas e PEPs.

Informações Mínimas do Cadastro de Clientes

Para o cumprimento das diligências de identificação e cadastro, a AV1 observará, no mínimo, as informações previstas no Anexo B da Resolução CVM nº 50/2021, incluindo:

Pessoa Física: nome completo, número de CPF, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, nome da mãe, estado civil, profissão, endereço completo, telefone e e-mail de contato, documento de identidade válido com órgão emissor e data de expedição.

Pessoa Jurídica: razão social, nome fantasia (se aplicável), CNPJ, data de constituição, natureza jurídica, endereço completo, telefone, e-mail de contato, identificação dos representantes legais e dos beneficiários finais.

A AV1 manterá processo contínuo de atualização cadastral conforme o risco do cliente, revisando os dados periodicamente e armazenando toda a documentação comprobatória por, no mínimo, cinco anos após o encerramento da relação contratual.

Contratação de Prestadores de Serviços

Cumpre ressaltar, que na escolha de uma sociedade para prestar o serviço de distribuição das cotas dos fundos de investimentos geridos pela AV1 ou como corretora de valores, é realizado um processo próprio de due diligence para verificar os critérios utilizados por tal sociedade, o alinhamento com os princípios éticos da AV1, além de checar se suas políticas internas se enquadram nos padrões mais estritos de AML com o intuito de coibir a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Para terceirização de serviços não relacionados diretamente às atividades prestadas pela AV1, como técnicos de informática ou serviço de contabilidade, deverá ser feita uma análise dos sócios e da sociedade como um todo com o intuito de verificar quaisquer denúncias ou ocorrências ligadas às empresas que serão contratadas. Adicionalmente, a AV1 deverá realizar uma reunião presencial com representantes e com os sócios de tal sociedade com a presença do Diretor de Compliance.

Reporte Interno em Casos Suspeitos

Caso obtenha informações suspeitas sobre as atividades dos cotistas dos fundos geridos pela AV1, o Colaborador deve entrar em contato direta e imediatamente com o Diretor de Compliance, o qual irá se informar diretamente com a equipe responsável pela distribuição do prestador de serviços para solicitar que seja realizada uma checagem adicional das informações prestadas por tal cotista e garantir que seja reportada qualquer situação duvidosa. Em caso de ausência de atitude por parte do distribuidor, o Diretor de Compliance irá reportar ao COAF com as informações que disponha e que sejam obtidas com o distribuidor.

A comunicação, caso o Diretor de Compliance constate a ocorrência de algum dos casos descritos na Resolução CVM 175, deverá ser realizada ao AIF devendo a comunicação ser realizada no prazo de 24 horas a contar da ocorrência, transação ou propostas de transação que possam ser considerados sérios indícios de crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de infração penal, conforme disposto no art. 1º da Lei 9.613 de 1998, inclusive o terrorismo ou seu financiamento.

Qualquer relato/denúncia/suspeita de um Colaborador feito ao Diretor de Compliance deverá ser mantida em arquivo à disposição da CVM pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Arquivos de Clientes e Operações

Nos termos Resolução CVM 175, caso a AV1 venha a ser distribuidora das cotas dos fundos de investimento que faz a gestão e, consequentemente, responsável pelo cadastro dos seus cotistas/clientes, antes de assumir e iniciar tal função esta Política deverá ser revista e todos os procedimentos internos descritos nesta Política ajustados para a atividade de distribuição de valores mobiliários, passando todos os Colaboradores a adotar as novas medidas imediatamente.

A AV1 deverá manter em arquivo uma documentação hábil a comprovar a identificação dos seus clientes, mantendo cadastro atualizado e todos os eventuais registro, sejam estes de: Operações, Atualizações Patrimoniais, Alterações de Beneficiários (para o caso de PJ), e movimentações relevantes no Patrimônio dos seus clientes e suas operações. Para tal, todos os arquivos e documentações comprobatórias devem ficar registradas, em ambiente seguro (digital ou físico), pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos. Lembrando, que este prazo inicia-se a partir do encerramento da relação entre Cliente e Gestora, sempre com o histórico de atualizações cadastrais, bem como os últimos documentos disponíveis.

Adicionalmente, caso seja necessário considerando a sua atuação, a AV1 deverá adotar regras contínuas, além de procedimentos e controles internos com o intuito de confirmar as informações cadastrais de seus clientes, mantê-las atualizadas, e monitorar as operações por eles realizadas, de forma a evitar o uso da conta por terceiros e identificar os beneficiários finais das operações.

No cadastro de clientes, deverá ser realizada a verificação e identificação das pessoas politicamente expostas (“PEP”), adotando-se o critério disposto na Resolução CVM 175. Caso sejam enquadrados em tal definição, a AV1 deverá supervisionar de maneira mais rigorosa tal relação de negócios, especialmente caso as operações a serem executadas sejam oriundas de países com os quais o Brasil possua elevado número de transações financeiras e comerciais, fronteiras comuns ou proximidade étnica, linguística ou política. Em operações de PEP, os Colaboradores devem envidar esforços para que seja identificada a origem dos recursos envolvidos nas transações dos clientes e dos beneficiários. Internamente e após o cadastro e entrada dos clientes, caso a AV1 passe a realizar tal serviço, a AV1 deverá estabelecer um monitoramento para verificar se houve qualquer modificação na condição de PEP, incluindo os destinados a auxiliar na identificação de transações atípicas ou suspeitas. Isso pode incluir análises automatizadas dos fluxos de transações após a execução, revisões manuais, aprovações individuais das operações e revisões orientadas.

Na forma da regulamentação em vigor e de acordo com os procedimentos descritos na Resolução CVM 175, a AV1, caso passe a atuar como distribuidora, manterá documentação hábil a comprovar cada um dos investidores finais, bem como o registro atualizado de todas as aplicações financeiras e resgates realizados em seu nome, quando aplicável. O controle dessas informações, dados e movimentações deverá ser realizado por meio de planilhas eletrônicas , que serão mantidas

atualizadas, na medida do possível.

Todas as informações relacionadas à documentação de cadastro de clientes devem ser mantidas e conservadas, incluindo registros de "Conheça seu Cliente", pesquisa de reputação, e documentos relacionados a todas transações ocorridas por no mínimo 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil do encerramento do relacionamento com o cliente ou da conclusão das transações, podendo este prazo ser estendido indefinidamente na hipótese de existência de investigação comunicada formalmente pela CVM.

Vigência e Atualização

Esta Política será revisada anualmente, e sua alteração acontecerá a qualquer momento, caso seja averiguada a necessidade de atualização do seu conteúdo.